

A NOVA PERSPECTIVA ECUMÊNICA DO CONCÍLIO VATICANO II

Françoá Costa*

RESUMO

A restauração da unidade entre os cristãos foi muito desejada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e, desde então, esse empenho ativo da Igreja vem se intensificando. Queremos apresentar a teologia ecumênica do último concílio ecumênico da Igreja Católica contextualizando-a na história e refletindo sobre ela com o texto do mesmo concílio diante dos olhos. Não obstante, queremos ir além do que já foi dito há cinquenta anos, já que depois de apresentarmos a história do movimento ecumênico e o texto do Vaticano II, nos deteremos em alguns aspectos de grande importância para entendermos melhor a riqueza doutrinal do Concílio e para termos uma perspectiva que sirva à atual reflexão sobre a restauração da unidade. Esses aspectos são os “elementos de eclesialidade” e os “graus de pertença à Igreja de Cristo”, assim como a “conversão”. Todos são conceitos em torno dos quais vale a pena construir o edifício da reflexão ecumênica, pois assim não perderemos aquela hermenêutica da continuidade numa reflexão teológica que só pode ser feita plenamente no contexto eclesial.

PALAVRAS-CHAVE: Ecumenismo; Concílio Vaticano II; Comunhão; Conversão.

INTRODUÇÃO

“Alegra-se a santa mãe Igreja, porque, por singular dom da Providência divina, amanheceu o dia tão ansiosamente esperado em que solenemente se inaugura o concílio Ecumênico Vaticano II, aqui, junto do túmulo de São Pedro”¹. Assim começava o seu discurso o Papa João XXII no dia 11 de outubro de 1962. No próximo dia 11 de outubro, completar-se-ão cinquenta anos da abertura daquela magna assembleia que tanto bem trouxe à vida da Igreja. O Papa Bento XVI quis ressaltar esse cinquentenário ao fazer coincidir o começo do Ano da Fé por ele convocado com o começo do Concílio. Com efeito, o Ano da Fé terá início no dia 11 de outubro de 2012 e findará no dia 24 de novembro de 2013, solenidade de Cristo Rei.

Naquele mesmo discurso, o Papa João XXIII afirmava que “a Igreja Católica julga, portanto, dever seu empenhar-se ativamente para que se realize o grande mistério

* Pe. Françoá Costa é doutor em teologia pela Universidade de Navarra (Espanha). O presente artigo é fruto de uma conferência dada no XVI Congresso Teológico promovido pelo *Institutum Sapientiae* e pela Diocese de Anápolis, cujo título foi “Vaticano II – 50 anos. Conhecer para amar”. Com as devidas adaptações, o texto é apresentado com novas considerações.

¹ JOÃO XXIII, Discurso do Papa João XXIII na abertura solene do Concílio, em DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, São Paulo: Paulus, 1997, 21.

daquela unidade, que Jesus cristo pediu com oração ardente ao Pai celeste, pouco antes do seu sacrifício”². Um dos frutos daquele empenho foi, sem dúvida, o Decreto sobre o Ecumenismo, titulado *A restauração da unidade (Unitatis Redintegratio)*. Promulgado no dia 21 de novembro de 1964, pouco antes de terminar o Concílio, o Decreto sobre a unidade dos cristãos mantêm a sua maravilhosa atualidade, já que também são atuais as divisões. As intuições do Concílio continuam sendo uma bússola segura para não dar marcha atrás nesse processo cheio de esperança, mas nem por isso fácil.

O presente estudo quer ser um retorno ao texto conciliar ao aprofundar alguns aspectos que nos ajudem a valorizar os progressos e os regressos do ecumenismo nesses últimos cinquenta anos. Apresentá-lo justamente agora, no contexto do Ano da Fé, não deixa velado o interesse que temos de entender o Concílio nas suas fontes, desta vez pelo menos no que se refere a essa tarefa tão importante: a unidade de todos aqueles que professam o Deus uno e trino e o mistério da encarnação do Filho de Deus.

1. APRESENTAÇÃO HISTÓRICA SOBRE O MOVIMENTO ECUMÊNICO

O Papa Leão XIII – que tinha como programa a pureza da fé, a paz e a unidade da Igreja e a reforma da disciplina – teve também muitas iniciativas a favor da unidade dos cristãos. Contam-se uns 240 atos de Leão XIII dirigidos a favorecer a unidade dos cristãos. Foi durante o seu pontificado que a “Semana de Oração pela União dos Cristãos” se estendeu na Igreja Católica. Sem ir mais longe³, portanto, os atos leoninos são muito valiosos à hora de valorizar a preocupação da Igreja Católica pelo ecumenismo, antes mesmo que surgisse no campo não católico o assim chamado “movimento ecumênico”. Os santos Vicente Palloti (1795-1850) e Luis Orione (1872-1940) apoiaram a oração pela unidade dos cristãos e a promoveram⁴.

² JOÃO XXIII, Discurso do Papa João XXIII na abertura solene do Concílio, op. cit., 30.

³ A Igreja Católica sempre se preocupou com a unidade dos cristãos. Desde a antiguidade, à medida que iam surgindo divisões, a Igreja procurava saná-las. Um exemplo do que estamos a falar também aconteceu na Idade Média: o II Concílio de Lyon (1274) preocupou-se por promover a união com os gregos. Também o Concílio de Florência, no ano 1439, emitiu uma Bula para promover a união com os gregos. Cf. Albert SAMUEL. *As religiões hoje*. Benoni Lemos (tradutor). São Paulo: Paulus, 3ª ed., 2011, 224.

⁴ Para a parte histórica, veja Pedro RODRÍGUEZ, *Iglesia y ecumenismo*, Madrid: Rialp, 1979, 26-60.

Nos anos 80 do século XIX, mulheres presbiterianas, batistas, metodistas e anglicanas introduziram o “Dia Mundial de Oração”. O chamado “oitavário” de Oração pela Unidade da Igreja entre cristãos não católicos foi introduzido pelo ministro episcopaliano Paul Wattson (1863-1940) em 1908 e aconteceu como é atualmente: do dia 18 ao 25 de janeiro. Em 1909, Pio X concedeu à Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos a sua benção oficial, esta aconteceria também no mês de janeiro⁵.

Contudo, é lugar comum afirmar que o moderno movimento ecumênico surgiu, pelo menos em semente, depois das experiências missionárias dos chamados protestantes e da *Word Missionary Conference*, que aconteceu em Edimburgo no ano 1910. Participaram daquele encontro o bispo anglicano, Dr. Brent, e o arcebispo luterano sueco N. Söderblom que, como veremos, terão grande importância no movimento ecumênico. Aquele foi um momento no qual os evangélicos tornaram-se conscientes de que junto à pregação do nome de Jesus estava presente também a divisão das comunidades: luteranismo, metodismo etc. Edimburgo foi também a ocasião para criar o Conselho Internacional de Missionários, que acabaria entrando, em 1961, no Conselho Ecumênico das Igrejas.

Nathan Söderblom foi promovido a arcebispo luterano de Upsala (Suécia) em 1914. Ele e os seus seguidores prepararam a *Universal Christian Conference of Life and Word*, que foi celebrada em Estocolmo em 1925, uma assembleia massivamente evangélica que orientou-se deliberadamente ao campo prático, isto é, a sua preocupação não era teológica. A Associação *Life and Work* (Vida e Trabalho) tinha como finalidade promover a ação social dos cristãos, não dava muita atenção à doutrina e à liturgia, mas à moral social.

Atitude diferente foi a do bispo anglicano já mencionado anteriormente, o Dr. Brent, que decidiu trabalhar as questões de fé e de estrutura da Igreja. Neste sentido, a primeira conferência de *Faith and Order* (Fé e Constituição) aconteceu do dia 3 ao 21 de agosto de 1927 em Lausana (cidade situada na parte francófona da Suíça). *Faith and Order* falava também de princípios do ecumenismo, entre eles que não se devia abandonar as próprias convicções eclesiais e que cada qual devia falar em nome da sua igreja.

O dia 22 de agosto de 1948 foi muito importante para a história do Movimento Ecumênico, pois neste dia foi criado o Conselho Ecumênico das Igrejas (CEI), fruto das

⁵ Cf. http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/chrstuni/card-kasper-docs/rc_chrstuni_doc_20080117_kasper-ecumenismo_po.html consultada no dia 27/04/2012.

mencionadas Associações. Do CEI podiam participar aquelas igrejas que professam a fé cristológica e trinitária e que foram admitidas pela Assembleia. O CEI não tem autoridade eclesiástica sobre as igrejas (não é uma “super-igreja”), mas tão somente certa autoridade moral. A sua sede permanente seria a cidade de Genebra e seus encontros realizam-se a cada oito anos, num clima de grande serenidade. O CEI, segundo os ortodoxos⁶, deixaria de existir no momento mesmo no qual se alcançasse a unidade desejada entre as igrejas. Esta postura reafirma o fato de que o CEI não é expressão de comunhão universal.

Contudo, e paralelo ao acontecimento anterior, criou-se a *International Concil of Christian Churches*, em Amsterdam (1948) com a finalidade de fazer oposição e denunciar, segundo os seus membros, os erros do CEI com as suas tendências modernistas, comunistas, pacifistas e romano-católicas. O seu fundador foi o Dr. Carl McIntire, pastor presbiteriano nos Estados Unidos. O concílio está formado por uns 55 grupos e pequenas igrejas evangélicas de tendência fundamentalista.

Qual foi a posição da Igreja Católica? Inicialmente, ela olhou tudo isso com certas reservas. Contudo, é digno de menção que durante o pontificado de Pio XI, nos anos 20, aconteceram as famosas “conversas de Malinas” entre católicos e anglicanos, promovidas pelo arcebispo de Malinas, o cardeal Mercier. A parte anglicana estava representada por um anglicano pró-católico, Lord Halifax. Foi uma boa ocasião para um diálogo em questões teológicas. Mas como as conversas foram ganhando uma interpretação equívoca, a Santa Sé foi interrompendo as conversas.

Por outro lado, a Igreja identificou que o movimento *Faith and Order* estava condicionado pela *Branch Theory* ou teoria dos três ramos, segundo a qual a Igreja de Cristo não existe visivelmente, mas encontra-se dividida nos três grandes ramos do cristianismo: Igreja Católica, Igrejas Ortodoxas, Anglicanismo. Não era a primeira vez que a *branch theory* aparecia, pois esteve presente na associação que havia sido fundada por Ambrose Philips de Lisle em 1857, a *Corporate reunion* para promover a unidade dos cristãos.

Desta maneira, Pio X, em 1928, na Encíclica *Mortalium ânimos*, denunciou os perigos e os erros do movimento ecumênico, chamando-o de “pancristianismo”. Contudo, e somente mais tarde, o mesmo Papa autorizaria a assistência particular de católicos às conferências organizadas pelos chamados protestantes. Maior abertura teve

⁶ As Igrejas Ortodoxas foram se aproximando do CEI a partir dos anos 60 do século passado, mas foram se retirando posteriormente por causa da influência cada vez maior do protestantismo liberal.

o Papa Pio XII com a Instrução *Ecclesia Catholica* (1949), pois além das medidas disciplinares e doutrinárias da Igreja Católica em relação ao movimento ecumênico, chama tal movimento de realidade “suscitada pela graça do Espírito Santo”. João XXIII dá mais um passo e em 1960 cria o Secretariado para a Unidade dos Cristãos, que teria grande importância no Concílio Vaticano II à hora de elaborar o Decreto do mesmo Concílio sobre o Ecumenismo. Também é interessante observar que o Concílio Vaticano II foi anunciado por João XXIII no último dia da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos de 1959, isto é, no dia 25 de janeiro.

Ainda com relação ao CEI, há que dizer que a Igreja Católica mantém com ele boas relações, mas não é membro. A sua presença seria demasiado “esmagadora” dentro do Conselho. Na verdade, a Igreja não vê nenhuma necessidade em ser membro do mesmo. Em 1969, o Papa Paulo VI visitou o CEI em Genebra.

No dia 25 de maio de 1965, João Paulo II fazia público um documento pontifício chamado a marcar época no diálogo ecumênico, a Carta Encíclica *Ut unum sint*, sobre o empenho ecumênico. Neste documento, o Papa lembrava algumas fases importantes deste diálogo:

A progressiva comunhão numa contínua reforma, realizada à luz da Tradição Apostólica é, sem dúvida, um dos traços típicos e mais importantes do ecumenismo, na atual situação do povo cristão. Por outro lado, aquela é também uma garantia essencial para o seu futuro. Os fiéis da Igreja Católica não podem ignorar que o ímpeto ecumênico do Concílio Vaticano II é um dos resultados do grande empenhamento da Igreja de então em perscrutar-se à luz do Evangelho e da grande Tradição. Bem o compreendia o meu predecessor, Papa João XXIII, que, ao convocar o Concílio, se recusou a separar a atualização da abertura ecumênica. No final da Assembleia Conciliar, o Papa Paulo VI consagrou a vocação ecumênica do Concílio ao retomar o diálogo da caridade com as Igrejas em comunhão com o Patriarca de Constantinopla, realizando com ele aquele gesto concreto e altamente significativo que « relegou para o esquecimento » — e « tirou da memória e do meio das Igrejas » — as excomunhões do passado. Há que lembrar que a criação de um organismo especial para o ecumenismo coincidiu com o próprio início da preparação do Concílio Vaticano II, e que, através de tal organismo, os pareceres e avaliações das outras Comunidades cristãs tiveram a sua parte nos grandes debates sobre a Revelação, a Igreja, a natureza do ecumenismo, e a liberdade religiosa⁷.

⁷ JOÃO PAULO II, *Carta Encíclica Ut unum sint sobre o empenho ecumênico*, nº 17.

2. VISÃO GERAL DO DECRETO SOBRE O ECUMENISMO, “UNITATIS REDINTEGRATIO” (UR)

O Decreto *Unitatis Redintegratio* do Vaticano II teve uma história redacional bastante complicada. “A um dado momento, a Comissão Teológica preparou um estudo sobre o ecumenismo como capítulo XI do esquema da Constituição sobre a Igreja; por sua vez, o Secretariado para a união dos cristãos preparou uma série de questões de que fazia parte o ecumenismo. De 12 a 20 de junho de 1962, a Comissão preparatória examinou o material fornecido pelo Secretariado, e em 1963 publicou uma nova redação. Em 22 de abril, sua Santidade João XXIII autorizou que fossem enviados aos Padres conciliares os três primeiros capítulos: princípios do ecumenismo católico, prática do ecumenismo, as igrejas separadas da Igreja Católica. O decreto foi examinado desde o dia 18 de novembro ao dia 2 de dezembro do mesmo ano de 1963, em 11 Congregações gerais; foram feitas 143 intervenções orais e 156 escritas. Antes e depois da 2ª sessão, o Secretariado fez muitas observações, e em abril de 1964 propôs um novo texto que, depois de aprovado pelo Santo Padre foi enviado aos Padres conciliares. Durante a 3ª sessão, o documento foi votado de 2 a 8 de outubro, e depois em 10, 11 e 14 de novembro. Em 19 de novembro foi anunciada para o dia seguinte a votação global que teve o seguinte resultado: 2129 votantes; 2054 *placet*; 64 *non placet*; 11 nulos. No dia seguinte, durante a 5ª sessão pública, depois da última votação, que teve como resultado 2137 *placet* e 11 *non placet*, Sua Santidade Paulo VI promulgou solenemente o decreto⁸.

Depois do Proêmio, o primeiro capítulo do Decreto titula-se “Os princípios católicos do ecumenismo”; o segundo, “A prática do ecumenismo”; o terceiro, “Igrejas e Comunidades Eclesiais separadas da Sé Apostólica Romana”. Neste terceiro capítulo considera, em primeiro lugar, as Igrejas Orientais; depois, as Igrejas e Comunidades Eclesiais separadas no Ocidente. Termina com uma breve conclusão e com a promulgação do documento por parte do Papa Paulo VI, datada do dia 21 de novembro de 1964.

Apresentaremos agora um breve resumo de maneira bem esquemática do texto promulgado pelo Vaticano II. Os números entre parêntese correspondem aos números do texto conciliar para que o leitor possa conferi-los, caso queira:

⁸ DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, op. cit., nota introdutória ao Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo, 215.

Proêmio (1). O Concílio manifesta que um dos seus principais desejos é a restauração da unidade. Lamenta-se pela divisão que há entre os cristãos e considera o movimento ecumênico como uma moção do Espírito Santo entre os irmãos separados. Deixa também bem claro que só participam do ecumenismo os cristãos, isto é, “os que invocam Deus Trino e confessam a Cristo como Senhor e Salvador, não só individualmente, mas também reunidos em assembleias”.

Capítulo I – Os princípios católicos do ecumenismo (2-4). O movimento ecumênico, como ficou claro anteriormente, não abrange somente a Igreja Católica como se fosse uma iniciativa somente dela. A Igreja tem princípios, que são apresentados neste capítulo para que, desta maneira, fique claro como ela se encontra em relação a esse movimento que está acontecendo de maneira generalizada entre os cristãos.

O Concílio recorda que a Igreja de Cristo é una e única (2). A oração de Cristo para que todos sejam um (cf. Jo 17,21) é eficaz e, entre os vários sinais de unidade, há dois que devem ser destacados na vida da Igreja: a Eucaristia e o amor entre os irmãos. Jesus Cristo também quis para a sua Igreja a unidade da fé que nos reúne num só corpo. A Igreja de Jesus Cristo é aquela fundada por ele e que tem Pedro e os Apóstolos à frente e, depois da morte dos Apóstolos, essa Igreja tem o Sucessor de Pedro, o bispo de Roma, e os sucessores dos Apóstolos, os bispos, à sua frente. Desta maneira se pode resumir “o sagrado mistério da unidade da Igreja, em Cristo e por Cristo, realizando o Espírito Santo a variedade de ministérios” (2).

O segundo princípio católico do ecumenismo estabelece o tipo de relações que existe entre os irmãos separados e a Igreja Católica (3). Esta, consciente de que existem em outras Igrejas e comunidades eclesiais elementos autenticamente cristãos – o batismo, a Sagrada Escritura e até mesmo a vida da graça e os dons do Espírito Santo – respeita os irmãos separados de tal maneira que tais Igrejas e comunidades eclesiais “de forma alguma estão despojadas de sentido e de significação no mistério da salvação”. Este respeito, contudo, não significa indiferentismo, já que a Igreja Católica sabe, por um lado que “o Senhor confiou todos os bens da nova aliança ao único colégio apostólico, a cuja testa está Pedro, com o fim

de constituir na terra o único corpo de Cristo”. Daí a necessidade de que todos os cristãos se incorporem à única Igreja de Cristo alcançando com ela a plena comunhão.

Como a Igreja Católica entende o “ecumenismo”? Trata-se de algo importante enquanto princípio clarificador à hora de procurarmos a unidade desejada por Cristo (4). “Por movimento ecumênico entendem-se as atividades e iniciativas, que são suscitadas e ordenadas, segundo as várias necessidades da Igreja e oportunidades dos tempos, no sentido de favorecer a unidade dos cristãos”. Nessas atividades e iniciativas, a Igreja Católica é consciente de que ela é a Igreja de Cristo; contudo, ela também sabe que há elementos cristãos fora do seu âmbito que, enquanto tais, lhe pertencem. Além do mais, a Igreja comprova que uma coisa é possuir todos os meios de salvação, outra coisa é aproveitá-los: de fato, os membros da Igreja Católica “não os aproveitam para viver com todo aquele fervor que seria conveniente”.

Num contexto ecumênico há distintos passos a serem dados: 1) “eliminar palavras, juízos e ações que não correspondem com equidade e verdade, à condição dos irmãos separados”; 2) estabelecer o diálogo entre peritos de diversas igrejas e comunidades eclesiais; 3) oração; 4) exame de consciência de todos no que se refere “a sua fidelidade à vontade de Cristo acerca da Igreja”.

Capítulo II – A prática do ecumenismo (5-12). Em concreto, como viver essa dimensão ecumênica tão importante no caminho rumo à unidade? Em primeiro lugar, o Vaticano II adverte que a restauração da unidade deve interessar a todos os fiéis (5). Neste contexto, a renovação de cada cristão e de toda a Igreja é de suma importância; esta renovação nada mais é que uma “maior fidelidade à própria vocação” (6). Assim como a Igreja “como instituição humana e terrena” necessita reformar-se constantemente, é necessário também que cada cristão cuide da sua própria conversão: “lembre-se todos os cristãos de que tanto melhor promovem e até realizam a união dos cristãos, quanto mais se esforçarem por levar uma vida mais pura, de acordo com o Evangelho” (7).

Tendo presente o quadro anteriormente apresentado, o Concílio fala do “ecumenismo espiritual”⁹ que está formado por três realidades conexas entre si: conversão do coração, santidade de vida, orações pela unidade dos cristãos. O ecumenismo espiritual é “a alma de todo o movimento ecumênico” (8). Como não se pode amar o que não se conhece, a Igreja anima a prática do conhecimento da história e da doutrina dos distintos grupos de cristãos. Conhecendo-nos, poderemos estabelecer um diálogo mais frutuoso.

Essa sensibilidade para o ecumenismo deve estar presente especialmente nos sacerdotes, que são pastores. Daí que a Igreja pede que os futuros sacerdotes sejam formados no contexto da caridade que exige o ecumenismo, buscando a verdade e evitando a polêmica (10). Não obstante, não se pode confundir caridade com o falso irenismo¹⁰, que, imbuído de indiferentismo, obscurece a doutrina católica. Esta, ao contrário, deve ser sempre exposta “com clareza” (11). Estabelecidos os princípios e dirigida a prática do ecumenismo desde o ponto católico, os cristãos de diversas confissões podem cooperar entre si, especialmente “nas regiões onde se verifica a evolução social ou técnica, quer apreciando devidamente a dignidade da pessoa humana, quer promovendo o bem da paz, quer aplicando o Evangelho na vida social, quer incentivando com espírito cristão as ciências e as artes e aplicando toda a espécie de remédios aos males da nossa época” (12). Nos nossos dias, quão útil seria uma colaboração mais intensa entre todos os cristãos para defender a vida humana dos inocentes!

⁹ Paul Couturier (1881-1953) foi quem mudou o nome de “Oitavário pela Unidade da Igreja” para “Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos”. Couturier falava de um “mosteiro invisível”. O que é isso? É um mosteiro “construído por todas aquelas almas às quais o Espírito Santo, devido aos esforços sinceros por elas envidado em vista de se abrirem ao seu fogo e à sua luz, permitiu compreender intimamente a dolorosa condição de divisão entre os cristãos; em tais almas, esta consciência suscitava um sofrimento contínuo e, por conseguinte, a prática regular da oração e da penitência”. Por isso, Paul Couturier é considerado o pai do ecumenismo espiritual.

(Cf. http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/chrstuni/card-kasper-docs/rc_pc_chrstuni_doc_20080117_kasper-ecumenismo_po.html consultada no dia 27/04/2012).

¹⁰ “Deve-se rejeitar uma visão errônea do ecumenismo, que induz a um certo indiferentismo doutrinal que procura nível, num irenismo acrítico, todas as “opiniões” numa espécie de relativismo eclesiológico” BENTO XVI, *Ecumenismo sadio para contrastar indiferentismo e relativismo eclesiológico*, em CNBB, *Visitas ad limina Apostolorum 2009-2010. Pronunciamentos do Papa Bento XVI aos Bispos do Brasil e saudações dos Presidentes dos regionais ao Papa*, Brasília, 2011, 61).

Capítulo III – Igrejas e Comunidades Eclesiais separadas da Sé Apostólica Romana (13-23). Para a Igreja Católica são “Igrejas” aquelas comunidades que possuem dois sacramentos válidos: o sacerdócio e a eucaristia¹¹. São “Comunidades Eclesiais” aquelas comunidades que possuem o batismo válido¹².

Entre as divisões que houve durante a história, duas são as principais (13): o cisma do Oriente em 1054, que deu origem às chamadas “Igrejas Ortodoxas”, por um lado; a chamada “reforma protestante” que pode datar-se de maneira emblemática no ano 1517.

Depois dessas preliminares, o Decreto do Vaticano II sobre o ecumenismo divide este capítulo em duas grandes partes: consideração peculiar das Igrejas Orientais (14-18), as Igrejas e Comunidades Eclesiais separadas no Ocidente (19-23).

Com relação às Igrejas Orientais, há que dizer que a primeira atitude da Igreja Católica é admirar com benevolência o rico patrimônio dos irmãos do Oriente: “não se deve esquecer que as Igrejas do Oriente têm desde a origem um tesouro, do qual a Igreja do Ocidente herdou muitas coisas em liturgia, tradição espiritual e ordenação jurídica” (14). E como se não bastasse tal elogio à tradição oriental, o Concílio dedica um número à tradição litúrgica e espiritual dos orientais num tom profundamente respeitoso (15). Com relação à disciplina própria dos orientais, afirma o Decreto sobre o Ecumenismo que as Igrejas do Oriente “têm a faculdade de se governar segundo as próprias disciplinas, mais conformes à índole de seus fiéis e mais aptas para atender ao bem das almas” (16). Algo

¹¹ “As Igrejas que, embora não estando em perfeita comunhão com a Igreja Católica, se mantêm unidas a esta por vínculos estreitíssimos, como são a sucessão apostólica e uma válida Eucaristia, são verdadeiras Igrejas particulares. Por isso, também nestas Igrejas está presente e atua a Igreja de Cristo, embora lhes falte a plena comunhão com a Igreja Católica, enquanto não aceitam a doutrina católica do Primado que, por vontade de Deus, o Bispo de Roma objetivamente tem e exerce sobre toda a Igreja” (CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Declaração DOMINUS IESUS sobre a unicidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja*, 06-08-2000, nº 17).

¹² “As Comunidades eclesiais, invés, que não conservaram um válido episcopado e a genuína e íntegra substância do mistério eucarístico, não são Igrejas em sentido próprio. Os que, porém, foram batizados nestas Comunidades estão pelo Baptismo incorporados em Cristo e, portanto, vivem numa certa comunhão, se bem que imperfeita, com a Igreja. O Baptismo, efetivamente, tende por si ao completo desenvolvimento da vida em Cristo, através da íntegra profissão de fé, da Eucaristia e da plena comunhão na Igreja” (CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Declaração DOMINUS IESUS*, op. cit., nº 17).

semelhante acontece com a tradição teológica dos orientais, digna de respeito; além do mais, há que notar que a Igreja Católica já tem “muitos filhos orientais (...) que guardam esse patrimônio e desejam vivê-lo mais pura e plenamente” (17). Existem, como se sabe, as Igrejas Orientais Católicas, portanto em plena comunhão com a Igreja Católica, e as Igrejas Ortodoxas, com as quais a Igreja Católica mantém o diálogo ecumênico. Neste diálogo, os católicos orientais são de grande importância porque conhecem a tradição oriental e vivem-na. Rumo à unidade, o Concílio recorda um princípio muito importante: “não impor nenhum outro encargo além do necessário” (At 15,28), o qual implica um grande respeito pela tradição oriental com o desejo de conservá-la (18).

Já as Igrejas e Comunidades Eclesiais que, no Ocidente, se separaram da Igreja Católica, estão ligadas a ela “pelos laços de uma peculiar afinidade devida à longa convivência do povo cristão na comunhão eclesial durante os séculos passados” (19). Essa “peculiar afinidade” se verifica na confissão do único Deus em três Pessoas e de Jesus Cristo como Deus e único Mediador (20), no amor e no estudo da Sagrada Escritura (21), no batismo válido (22) e na vida com Cristo desses irmãos separados (23). Contudo, a Igreja Católica adverte, no que diz respeito à interpretação da Bíblia, que pensa diferente, já que “segundo a fé católica, o magistério autêntico tem lugar peculiar na exposição e pregação da palavra de Deus escrita” (21). Adverte também que as Comunidades Eclesiais não conservaram “a genuína e íntegra substância do mistério eucarístico, sobretudo por falta do sacramento da ordem” (22). A última advertência no campo das diferenças diz respeito aos temas morais: enquanto a Igreja Católica apresenta uma grande unidade nos assuntos morais, os cristãos de outras comunidades apresentam diversas posições. Contudo, é importante o “diálogo ecumênico sobre a aplicação moral do Evangelho” (23).

Conclusão e promulgação (24). Na consciência de que não se pode viver o ecumenismo com mentalidade polêmica e com um “zelo artificial ou imprudente que possa prejudicar o verdadeiro progresso da unidade”, a Igreja Católica insiste na importância de que a ação ecumênica “plena e

sinceramente católica” tem que ser fiel à verdade apostólica e bem aberta à união que o Senhor quis e pela qual rezou.

Recentemente, a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, que aconteceu do dia 13 ao 31 de maio de 2007 na cidade de Aparecida (São Paulo) deixou escritas palavras que revalorizam o ecumenismo do Vaticano II, ao mesmo tempo que anima a caminhada na mesma direção:

Faz mais de quarenta anos que o Concílio Vaticano II reconheceu a ação do Espírito Santo no movimento pela unidade dos cristãos. Desde então, temos colhido muitos frutos. Neste campo, necessitamos de mais agentes de diálogo e mais qualificados¹³.

3. PARA ENTENDER MELHOR A POSIÇÃO DA IGREJA CATÓLICA SOBRE O ECUMENISMO

Entre os elementos importantes para compreender a teologia do Vaticano II em torno ao ecumenismo está a consideração e o reconhecimento de que nas outras igrejas e comunidades eclesiais há elementos que são propriamente cristãos e, como tais pertencem à Igreja de Cristo, a qual subsiste na Igreja Católica. Como diz o Concílio: a Igreja “como sociedade constituída e organizada neste mundo, subsiste na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos em comunhão com ele, ainda que fora do seu corpo se encontrem realmente vários elementos de santificação e de verdade, que, na sua qualidade de dons próprios da Igreja de Cristo, conduzem para a unidade Católica”¹⁴.

A partir dessa consideração pode-se falar de distintos graus de pertença à comunhão católica. Isto é, até a incorporação plena à Igreja de Jesus Cristo, os irmãos separados de nós podem passar por diversas fases. Ainda que nem sempre, como veremos, os católicos estão plenamente unidos à Igreja de Cristo, o simples fato de estar na Igreja Católica, pelo menos externamente, está a mostrar a plenitude de comunhão alcançada.

3.1. Valorização dos “*elementa Ecclesiae*”

Dentre os elementos ou bens com que, tomados em conjunto, a própria Igreja é edificada e vivificada, alguns e até muitos importantes

¹³ DOCUMENTO DE APARECIDA – *Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*, nº 231, Brasília-São Paulo: CNBB-Paulinas-Paulus, 5ª ed., 2008, 109.

¹⁴ CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA *LUMEN GENTIUM* SOBRE A IGREJA, nº 8, em DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, op. cit., 110.

podem existir fora do âmbito da Igreja Católica: a palavra de Deus escrita, a vida da graça, a fé, a esperança e a caridade e outros bens interiores do Espírito Santo e elementos visíveis. Tudo isso, que de Cristo provém e a Cristo conduz, pertence por direito à única Igreja de Cristo (UR, nº 3).

Temos aqui um desses textos bem claros que traduz o que queremos dizer com elementos da Igreja. Cristo, ao fundar a sua Igreja, quis cumulá-la de todos os bens (elementos) necessários para cumprir a sua missão de levar as pessoas ao Pai por Ele no Espírito Santo. Para isso dotou-a de graças, bênçãos e também de organização; dentre esses bens, os principais são a Sagrada Escritura e os Sacramentos. Todos esses elementos pertencem à Esposa de Cristo, que é a Igreja, e foram-lhe confiados para que continuasse a missão salvadora do Senhor neste mundo entre os seres humanos.

Ora, esses bens, que são próprios da Igreja Católica, podem encontrar-se fora do seu âmbito visível. Esta é a afirmação do Concílio Vaticano II que nos serve como chave de interpretação com vistas ao ecumenismo. À expressão válida, porém pouco entendida, *extra Ecclesiam nulla salus* (fora da Igreja não há salvação), junta-se outra: há elementos da Igreja fora da Igreja que a edificam e vivificam.

Outra coisa interessante de ser observada é que, como o ecumenismo visa as comunidades enquanto tais e não os indivíduos, o Concílio está reconhecendo que nas igrejas e comunidades eclesiais separadas da Igreja Católica Romana existem bens que são da Igreja e que a ela conduzem. Ou seja, trata-se de uma valorização dos bens da salvação unida a uma consideração positiva das comunidades enquanto possuidoras de tais bens. Daí o que se lê logo a seguir: “por isso, as igrejas e comunidades separadas, embora creiamos que tenham defeitos, de forma alguma estão despojadas de sentido e de significação no mistério da salvação” (UR 3). Dito de outra maneira: as igrejas e comunidades eclesiais têm sentido e significação no plano de salvação.

O bem se apresenta como tal e difunde-se por todas as partes. Quem o pratica torna-se não somente um agente de coisas boas, mas ele mesmo torna-se uma pessoa boa. Logicamente, uma comunidade cristã, enquanto tem o Batismo, a Bíblia e a oração de louvor e adoração a Deus, ainda que tenha muitos defeitos, é uma boa comunidade desde o ponto de vista dos bens que possui. Contudo, mesmo sendo uma comunidade boa e tendo pessoas excelentes entre as suas fileiras é necessário que se incorporem plenamente à Igreja Católica (cf. UR 3).

Tais afirmações nos conduzem a uma consideração muito mais prudente e respeitosa em relação a tais igrejas e comunidades. Como diz o famoso comentarista da

Constituição Dogmática, Philips, ao fazer as suas considerações à LG 15, que fala sobre as relações entre a Igreja e os cristãos não católicos:

o texto começa por uma declaração geral a propósito daqueles que antigamente eram chamados, sem rodeios nem distinção, hereges e cismáticos. (...) O Concílio não os qualifica de “inimigos”, não lhes impõe títulos contundentes, mas lhes reconhece a honra de cristãos, embora não confessem a fé integral ou não estejam em comunhão com o sucessor de Pedro¹⁵.

Segundo outro teólogo prestigioso, Pedro Rodríguez, esses bens da Igreja presentes nas comunidades eclesiais fazem com que tais comunidades cristãs sejam instrumentos do Espírito Santo como meios de salvação, ainda que a ferida na condição cristã causada pela falta da plenitude de incorporação à Igreja de Cristo constitui um perigo para a salvação eterna¹⁶. Em todas essas considerações o que está por trás é a afirmação de que a eclesialidade que há nessas igrejas e comunidades é uma participação na Igreja Católica.

Poderíamos, portanto, afirmar que os ortodoxos, evangélicos e demais cristãos separados da Igreja Católica já são meio católicos sem saber? A meu ver, é exatamente isso o que está explícito nas afirmações anteriores. Portanto, quando eles chegam ao ambiente visível da Igreja Católica alcançam a plena comunhão com a Igreja de Cristo, comunhão esta que antes era apenas parcial.

3.2. Conversão e plena comunhão com a Igreja

Depois do anteriormente dito, é preciso continuar a afirmar que o cristão, todo cristão, se é sincero com Deus e consigo mesmo, se encontra num ininterrupto processo de conversão, de santificação. Não é infrequente no Brasil e em outras partes do mundo ouvir que fulano ou ciclano se converteu ao catolicismo ou às comunidades evangélicas. Inúmeras conversões acontecem no mundo inteiro.

Na Sagrada Escritura, existem vários exemplos de conversão: Naamán (cf. 2 Re 5,15), Manassés (cf. 2 Cro 33,12-13), Zaqueu (cf. Lc 19,8-9), a Samaritana (cf. Jo 4,4-29), os três mil batizados no dia de Pentecostes (cf. At 2,38-41), o eunuco (cf. At 8, 30ss), Cornélio (cf. At 10,44ss), Paulo (cf. At 9,5ss), Lídia (cf. At 16,14-15). É certo: conversão, fé e arrependimento são inseparáveis. A verdadeira conversão – diz G. Piccolo – nasce de uma dor verdadeira pelo pecado cometido e se manifesta numa vida de devoção a Deus, surge daí um novo estilo de vida (cf. 2 Cor 5,17).

¹⁵ Gérard PHILIPS, *A Igreja e seu mistério*, tomo I, São Paulo: Herder, 1968, 236.

¹⁶ Pedro RODRÍGUEZ, *Iglesia y ecumenismo*, Madrid: Rialp, 1979, 83.

No Novo Testamento, a palavra *epistrépho* é utilizada uma única vez para indicar o regresso de um discípulo que caiu em pecado, Pedro (cf. Lc 22,32). Os cristãos que pecavam eram exortados à conversão e ao arrependimento, bem como às obras iniciais queridas por Cristo (cf. 2 Cor 12,21; Hb 6,1.6; Ap 2,5). *Epistréfo* e *Metanoéin* referem-se à decisão de voltar a Deus mediante a qual um judeu ou um pagão se une a Deus em Cristo e recebe a bênção escatológica e a remissão dos pecados (cf. Mt 18,3; At 3,19). Para os escritores do Novo Testamento a conversão representa uma experiência para ser vivida, a resposta afirmativa do convertido ao Evangelho e a disponibilidade do homem para a união com Cristo no batismo. A conversão, segundo a Bíblia, é, em primeiro lugar, obra de Deus¹⁷.

Para Lutero a justificação era algo que atingiria o homem de uma maneira externa enquanto que Deus não olharia mais os pecados do ser humano redimido graças à justiça de Cristo que os encobre; é como se Cristo estivesse entre o Pai Santo e o homem pecador, mas sem penetrar na interioridade do ser humano. A teologia católica, ao contrário, apresenta a justificação – de acordo com o Concílio de Trento – como uma realidade que toca o mais profundo do ser humano, já que o limpa interiormente do pecado e dá-lhe uma verdadeira renovação e santificação interior. A chamada justificação primeira seria a que acontece no batismo. Neste sentido, o Catecismo da Igreja Católica distingue a conversão primeira, que se dá no batismo, e a segunda conversão, ou seja, a contínua mudança de vida com vistas à santificação que culmina na escatologia (cf. CEC 1426-1428). Depois desse encontro inicial, poderíamos dizer que a vida cristã é uma conversão continuada. O cristão, chamado à santidade, busca a plenitude de vida, a santificação crescente.

No sentido que se tem explicado a palavra conversão, não há problema fazer a seguinte afirmação: fulano que era protestante converteu-se ao catolicismo. Todo cristão deve converter-se constantemente. Como, então, não chamar conversão esse passo da parcialidade à plenitude?

Contudo, para evitar qualquer polémica se prefere utilizar a expressão: fulano alcançou a plena comunhão com a Igreja Católica. Assim não se fere a sensibilidade dos irmãos separados. Essa maneira de falar leva consigo a ideia implícita dos assim chamados graus de comunhão com a Igreja de Cristo ou, dito de outra maneira, nos leva

¹⁷ Cf. Juan ALONSO, « Conversión filosófica y conversión cristiana », *Scripta Teologica* 41 (2009/3) 687-710.

a considerar a questão da incorporação à Igreja Católica, que pode ser plena ou parcial.

Philips explica-o desde o ponto de vista da pertença à Igreja:

As condições para alguém pertencer à Igreja, – o dom do Espírito Santo, desde que o suponhamos presente – são indicadas (...) segundo a tríplice divisão clássica. Pois a enumeração: o reconhecimento de toda a sua organização e de todos os meios de salvação nela instituídos, bem como a união com sua organização visível, implica no seguinte: no laço da única profissão de fé, na aceitação de todos os sacramentos e na comunhão com a hierarquia eclesial. Essas três condições correspondem ao tríplice poder que Jesus conferiu à sua Igreja: o de pregar, o de santificar e o de governar¹⁸.

A comunhão na fé, nos sacramentos e com a hierarquia são os vínculos visíveis que todo cristão deve ter para estar plenamente unido à Igreja de Cristo, que subsiste na Igreja Católica. Contudo, ainda que alguém tenha todos os laços visíveis, se lhe falta a graça santificante, não se poderia afirmar que está em plena comunhão com a Igreja de Cristo. É o que Philips explica magistralmente:

O dom do Espírito de Cristo é necessário como condição para a incorporação plena. Uma participação meramente exterior, portanto, não é suficiente; sem isso, cairíamos no formalismo e na escravidão da letra. Além dos elementos visíveis, é necessária a união com o Espírito, o que constitui uma aplicação da palavra de São Paulo: “Se alguém não possui o Espírito de Cristo, esse não é de Cristo” (Rom 8,9). Essas palavras assumem uma importância decisiva para os pecadores que se encontram no seio da Igreja Católica. Pensando neles, dificilmente se poderá admitir que estejam plenamente incorporados, pois ficarão excluídos da Igreja da glória. (...) A Igreja é misericordiosa e não exclui facilmente os pecadores de seu grêmio. É um fato. Mas a situação deles é irregular, pois se eles querem pertencer à sociedade da salvação, hão de empenhar-se por viver santamente e por evitar o pecado, o que na realidade eles não fazem pela conduta que levam. (...) ¹⁹.

4. UMA CONSIDERAÇÃO SOBRE O PENTECOSTALISMO

Sob a denominação pentecostalismo incluem-se diversas situações. A história do chamado pentecostalismo é conhecida²⁰. No século XIX, surgiu dentro do metodismo os *Holines* (santidade) que pregavam uma segunda benção ou batismo no Espírito Santo. O pastor metodista Charles Parham tinha aceitado as ideias dos *Holines*²¹. No entanto, será

¹⁸ Gérard PHILIPS, *A Igreja e seu mistério*, op. cit., 230.

¹⁹ Gérard PHILIPS, *A Igreja e seu mistério*, op. cit., 238.

²⁰ Com relações às considerações históricas será interessante ver esse tema desde a perspectiva da história da RCC, por exemplo, na seguinte página: <http://www.rccbrasil.org.br/interna.php?paginas=42>, consultada no dia 26/04/2012.

²¹ Estevão Tavares BETTENCOURT, *Crenças, religiões, igrejas e seitas: quem são*, Ed. O Mensageiro de Santo Antonio, São Paulo 1999, p. 46.

apenas nos começos do século XX quando tem início um movimento espiritual que foi espalhando-se em todo o mundo. Em 1901 um grupo de estudantes, presididos por Parham, em Kansas (EUA), teve a experiência de receber uns dons espirituais. Rapidamente a notícia se difundiu e em 1906 era um movimento bastante estendido, eles recebiam o que se chamou batismo no Espírito e o dom de línguas.

Lembremo-nos que segundo M. Lutero não se deviam aceitar nada de carismas, pois estes iriam contra dos cimentos do protestantismo luterano: a *sola fides* e a *sola Scriptura*. É fácil, portanto, advertir que o novo movimento não foi bem aceitado pelas comunidades eclesiais evangélicas. Foram excomungados das suas comunidades e formaram a chamada igreja pentecostal. Durante uns 50 anos estiveram como que marginalizados. Pouco a pouco, no entanto, o movimento foi recebendo aprovação das chamadas igrejas históricas: na igreja episcopaliana a partir de 1958, na luterana de EUA em 1962, o mesmo aconteceu em algumas comunidades ortodoxas.

E na Igreja Católica? Nos anos 60 do século passado, um grupo de professores na Universidade do Espírito Santo de Duquesne, em Pittsburg, EUA, se reúne pedindo que o Espírito Santo venha sobre eles. Foi muito importante para eles a leitura do livro *A cruz e o punhal* do pastor David Wilkerson, donde se vê um labor evangelizador cheio de signos visíveis da ação do Espírito Santo.

Em 1967 estes cristãos católicos pediram a alguns pentecostais que rezassem por eles e então tiveram as mesmas experiências que aqueles metodistas de 1900, entre eles se manifestaram muitos dons: línguas, profecias, cura. O movimento foi crescendo dentro da Igreja Católica com uma acolhida que em linhas gerais pode dizer-se favorável. No Brasil, chegou em 1979 através de alguns sacerdotes jesuítas como o Pe. Eduardo Dougherty, Pe. Haroldo Rahm e Pe. Sales. O movimento se espalhou rapidamente no nosso país, trata-se da Renovação Carismática Católica (RCC), que está reconhecida pelo Conselho Pontifício para os Leigos. O ICCRS (International Catholic Charismatic Renewal Services) foi reconhecido pelo citado Conselho em 1993, para a promoção da RCC, segundo o can. 116 do CIC.

Segundo os estatutos do ICCRS a finalidade da RCC é favorecer a conversão a Cristo; favorecer a acolhida da Pessoa, da Presença e do Poder do Espírito Santo; favorecer a que se recebe os carismas na RCC e em toda a igreja (carismas ordinários e extraordinários que podem dar-se nos leigos, nos religiosos e no clero); encorajar o trabalho da evangelização e favorecer o crescimento da santidade através da justa integração das características carismáticas com a plena vida da Igreja. O Papa João

Paulo II elogiou bastante o movimento carismático, falando-lhes também da sólida formação que ajuda a evitar o risco de ficar em uma experiência meramente emotiva²².

Como se pode ver, o pentecostalismo quando bem dirigido pela autoridade hierárquica tende a produzir excelentes frutos, o tipo exemplo é o pentecostalismo católico que se expressa no movimento carismático. Os participantes da Renovação Carismática têm consciência de que, em primeiro lugar, são católicos.

Logicamente, não é essa a maneira como o chamado pentecostalismo evangélico se desenvolve, mais ainda quando se pensa no atual neo-pentecostalismo com as suas promessas de curas e milagres, juntamente com a forte ênfase posta na presença do demônio e nos exorcismos. Com tais grupos, geralmente é difícil o diálogo ecumênico. De fato, depois de mostrar os distintos pontos nos quais católicos e pentecostais estão de acordo, assim terminava o Relatório publicado pelo Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos com relação a esse diálogo:

Esse texto não seria honesto se não desse ao leitor a oportunidade de reexperimentar conosco o choque do abismo entre as nossas posições. Nem por isso estimamos menos a unidade na diversidade que existe entre nós, e esperamos o dia em que poderemos trabalhar juntos, de forma estreita, a despeito de nossas diferenças. Na realidade, o que nos une é maior do que aquilo que nos divide. Ainda que o caminho desse futuro não nos seja nítido, temos a firme convicção de que o Espírito nos chama a ir além de nossas divisões atuais²³.

Contudo, não seria justo categorizar os pentecostais da mesma maneira. Há grupos pentecostais que a Igreja Católica duvida, e com razão, da validade do batismo que eles administram, é o caso das assim chamadas seitas pentecostais. Isso é importante: se algumas comunidades dentre eles não possuem o batismo válido, já nem estaríamos falando de diálogo ecumênico, que se dá somente entre cristãos, mas de diálogo inter-religioso, que acontece entre cristãos e não cristãos.

No entanto, prescindindo da questão do batismo válido ou não, a contribuição final deste texto quer ser uma ajuda para que a reflexão continue no seguinte sentido: o pentecostalismo evangélico, com a promessa de curas e milagres, corre o perigo de encher o Brasil de ateus. Esta é a tese! Por quê? É simples: os carismas, entre eles os de curas e milagres, são dons, graças que Deus concede a quem ele quiser, como e quando

²² Cf. JOÃO PAULO II, *Discurso do Santo Padre João Paulo II a uma delegação da "Renovação no Espírito Santo"*, 2, em

http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2002/march/documents/hf_jp-ii_spe_20020314_rinnovamento-spirito-santo_po.html consultada no dia 03/09/2012.

²³ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS, *Diálogo católico-pentecostal – evangelização, proselitismo e testemunho comum*, São Paulo: Paulinas, 2ª ed., 1999, 76.

os quiser. Acontece que as pessoas vão para essas comunidades em busca de milagres, os quais são prometidos abundantemente, mas, como Deus não está obrigado a realizá-los, é bem provável que a maioria das pessoas que lá chegaram com diversos problemas em busca de milagres, saia de lá sem recebê-los. Poderia acontecer também que muitos milagres não passem de supostos milagres, inclusive poderia chegar a verdadeiros enganos realizados por parte daquelas pessoas que se interessam mais nos bens materiais das pessoas que nos bens do próprio Deus. A busca do milagre continuaria sendo intensa até chegar ao cansaço e à exaustão, e, com o passar do tempo, as pessoas poderiam chegar à seguinte conclusão: pedi muito a Deus, mas ele não realizou o meu milagre. Será que Deus existe?

Alguém poderia dizer que a reflexão exposta não passa de pura teoria, mas é bom lembrar que muitas hipóteses foram comprovadas com o tempo. O melhor mesmo é manter a fidelidade ao seguimento de Jesus Cristo que, em suma, promete “já neste século, cem vezes mais casas, irmãos, irmãs, mães, filhos e terras, com perseguições – e no século vindouro a vida eterna” (Mt 10,30).

CONCLUSÃO

Depois de vários anos de diálogo ecumênico, é difícil responder – dentro de um sadio realismo – onde estamos e para onde vamos em questão de unidade. É muito vasto o campo para a ação ecumênica. A distância que há entre ortodoxos – aos quais praticamente falta apenas aceitar o primado do Sucessor de Pedro para entrarem na plena comunhão com a Igreja de Cristo – e os evangélicos pentecostais – cujo vínculo com a Igreja de Cristo é praticamente tão somente, e tudo isso: o Batismo, a Palavra e a oração – faz difícil oferecer ao leitor uma avaliação sumária sobre o tema.

O melhor mesmo será continuar firmes com o ecumenismo espiritual, sem deixar de rezar por aqueles que estão, por assim dizer, na linha de frente do diálogo ecumênico, quais são os teólogos, os peritos, os pastores das distintas Igrejas e comunidades eclesiais. Neste sentido, aparece com especial importância a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, que deveria ser vivida fervorosamente pelos distintos grupos de cristãos. Deveria ser um momento intenso nas paróquias católicas e nas Dioceses, pois como dizia o Documento de Aparecida: “À vezes esquecemos que a

unidade é, antes de tudo, um dom do Espírito Santo, e oramos pouco por essa intenção” (DA, 230).

Colocamos como título do presente artigo “a nova perspectiva ecumênica do Concílio Vaticano II” e esperamos que após a leitura das páginas anteriores tenha ficado claro o salto que o Decreto *Unitatis Redintegratio* representou no cenário ecumênico de outrora, a novidade que as páginas do Vaticano II sobre o Concílio continuam causando ainda hoje e a força inovadora que a leitura do texto conciliar pode trazer para a hodierna reflexão teológica.

THE NEW ECUMENICAL PERSPECTIVE OF THE SECOND VATICAN COUNCIL

ABSTRACT

The desire to restore Christian unity was very much at the heart of the Second Vatican Council (1962-1965). And since then the Church has intensified her active commitment to this cause. In this article the author wishes to present the ecumenical theology of the last ecumenical Council of the Church placing it in its historical context and taking as the starting point the texts of the Council itself. Nevertheless, he aims at going beyond what had been said fifty years ago. Therefore, after analyzing the history of the ecumenical movement and the very text produced by Vatican II, he focuses several aspects of great importance in order to better understand the doctrinal treasures contained in the text of the Council and to have the right perspective for the present reflection about the restoration of Christian unity. These aspects are the so called “elements of ecclesiality” and the “various degrees of belonging to the Church of Christ”, as well as the importance of “conversion”. All of these are key concepts around which it is worthwhile to construct the edifice of ecumenical reflection. In this way one doesn’t lose sight of the hermeneutic of continuity. For the theological reflection can’t be undertaken properly if not placed in its ecclesial context.

Key- words: ecumenism, Second Vatican Council, Communion, Conversion

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Juan, “Conversión filosófica e conversión Cristiana”, *Scripta Theologica* 41 (2009/3) 687-710.

BENTO XVI, *Ecumenismo sadio para contrastar indiferentismo e relativismo eclesiológico*, em CNBB, *Visitas ad limina Apostolorum 2009-2010. Pronunciamentos do Papa Bento XVI aos Bispos do Brasil e saudações dos Presidentes dos regionais ao Papa*, Brasília, 2011, 60-62.

BETTENCOURT, Estevão Tavares, *Crenças, religiões, igrejas e seitas: quem são?*, São Paulo: Ed. O Mensageiro de Santo Antonio, 1999, 46.

CELAM, *Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. 5ª ed. Brasília-São Paulo: CNBB, Paulinas, Paulus, 2008.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Declaração DOMINUS IESUS sobre a unicidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja*, http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20000806_dominus-iesus_po.html consultada no dia 24/04/2012.

CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS, *Diálogo católico-pentecostal. Evangelização, proselitismo e testemunho comum*. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 1999.

Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo, em DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, São Paulo: Paulus, 1997.

DOCUMENTO DE APARECIDA – *Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*, 227-234, Brasília-São Paulo: CNBB-Paulinas-Paulus, 5ª ed., 2008, 108-110. Sigla: DA.

PEREZ ARANGÜENA, José Ramón, *A Igreja – Iniciação à Eclesiologia*, Lisboa: Diel, 2002, p.105-23.

PHILIPS, Gérard, *A Igreja e seu mistério*, tomo I. São Paulo: Herder, 1968, p. 235-43.

RODRÍGUEZ, Pedro. *Iglesia y ecumenismo*. Madrid: Rialp, 1979, p. 26-60.

SAMUEL, Albert. *As religiões hoje*. Benoni Lemos (tradutor). 3ª ed. São Paulo: Paulus, 2011, 224-8.

